

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	11
AGRADECIMENTOS	15
INTRODUÇÃO	25
1. A CONCEPÇÃO MATERIAL DO PRECEDENTE JUDICIAL...	29
1.1 Teoria dos precedentes normativos vinculantes.....	36
1.2 A definição de precedente	41
1.2.1 Precedente em sentido estrito e precedente em sentido amplo	46
1.2.2 Pretensão de universalidade	50
1.2.2.1 Pretensão de universalidade e conferência de unidade ao Direito.....	58
1.2.2.2 Pretensão de universalidade, Cortes Supremas e Cortes de Justiça.....	61
1.2.2.3 Pretensão de universalidade e racionalidade ...	67
1.2.2.4 Pretensão de universalidade e maioria	71
1.2.2.4.1 Resultado do julgamento e precedente.....	73
1.2.2.4.2 Precedente e colegiado	74
1.2.2.4.3 Precedente, segunda instância e juizados especiais	75

1.2.3 Interpretação operativa	76
1.2.3.1 Interpretação operativa e subsunção	79
1.2.3.2 Interpretação operativa e precedente já existente	80
1.2.3.3 Interpretação operativa e pretensão de universalidade	81
2. PRECEDENTE E NORMA JURÍDICA	83
2.1 Precedente e teoria da argumentação	85
2.1.1 Prévia determinação do Direito.....	86
2.1.2 Dupla indeterminação do Direito.....	87
2.1.3 Indeterminação do Direito e interpretação judicial.....	90
2.2 Precedente judicial e distinção teórica entre texto e norma ..	92
2.2.1 Declaração, criação, extração e reconstrução	97
2.2.2 Interpretação e norma	99
2.2.3 Texto, norma e a atividade jurisdicional.....	101
2.3 Precedente judicial e modelos de obrigatoriedade.....	105
2.3.1 Obrigatoriedade racional/material	105
2.3.2 Obrigatoriedade legal/formal (<i>de iure</i>)	107
2.4 A norma jurídica do precedente	110
2.4.1 Norma-precedente e texto-precedente	110
2.4.2 Generalidade e concretude.....	112
2.4.3 Norma do precedente e analogia	115
2.4.4 Estrutura formalizada da norma-precedente: norma introdutora.....	116
2.5 Eficácia vinculante e precedente judicial	120
2.6 Distinção e superação	124
2.6.1 Distinção (<i>distinguishing</i>).....	124
2.6.2 Superação (<i>overruling</i>)	126
3. PRECEDENTES E O DIREITO BRASILEIRO	129
3.1 A “recepção” dos precedentes pelo Direito brasileiro	131

3.2 Precedente judicial e modelos de obrigatoriedade no Direito brasileiro	140
3.2.1 Vinculação material (obrigatoriedade racional)	140
3.2.2 Vinculação formal (<i>de iure</i>)	146
3.3 Os precedentes do modelo brasileiro	150
3.3.1 Classificação dos precedentes na doutrina	151
3.3.2 Precedente e exemplo	156
3.3.3 Classificação dos precedentes brasileiros segundo o grau de obrigatoriedade	158
3.3.3.1 Precedentes normativos vinculantes	159
3.3.3.2 Precedentes normativos formalmente vinculantes	164
3.3.3.3 Precedentes normativos formalmente vinculantes fortes	166
4. DECISÕES (POTENCIALMENTE) VINCULANTES	171
4.1 Precedente, decisão e jurisprudência	172
4.1.1 Precedente	173
4.1.2 Decisão (exemplo) e jurisprudência	176
4.2 Decisões, precedentes e eficácia vinculante	180
4.2.1 Decisões, precedentes, obrigatoriedade formal e isonomia	181
4.2.2 Decisões, precedentes e potencial eficácia vinculante	184
4.2.3 Decisões, precedentes, argumentos e eficácia vinculante	187
4.2.4 Cotejo analítico e eficácia vinculante	189
4.3 Decisões, precedentes e eficácia vinculante interestadual	193
4.4 Decisões, precedentes, distinção e superação	197
4.4.1 Decisões, precedentes e distinção	198
4.4.2 Decisões, precedentes e superação	200
CONCLUSÕES	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

